

POLÍTICAS, HISTÓRIA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO MUNICÍPIO DE CURITIBA (1963-1974)

Alboni Marisa Dudeque Pianovski Vieira - PUCPR

alboni@alboni.com

Maria Elisabeth Blanck Miguel - PUCPR

maria.elisabeth@pucpr.br

Resumo: Trata-se de discutir as políticas de municipalização que informaram a formação de professores, contextualizadas historicamente nos projetos de Centros e Núcleos Comunitários na Rede Municipal de Ensino de Curitiba no período 1963-1974. Utilizou-se do método de pesquisa documental, com consulta a documentos disponíveis no Arquivo Municipal de Educação e no Arquivo do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. Os resultados obtidos permitiram resgatar os planos de urbanização de Curitiba, sua relação com as políticas municipais de educação e a formação de professores no período.

Palavras-chave: políticas de educação; formação de professores; municipalização da educação.

INTRODUÇÃO

A Prefeitura Municipal de Curitiba (PMC) passou a atuar junto às escolas em 1955, quando da reestruturação administrativa que originou a Secção de Educação e Cultura no Departamento de Educação, Cultura e Turismo. Este Departamento foi constantemente reformulado em face da ampliação de suas funções, até se constituir no Departamento do Bem Estar Social da Prefeitura Municipal de Curitiba, sob cuja direção o município ingressou no campo da experimentação pedagógica, em 1963. Atendendo às diretrizes do Plano Diretor de Urbanismo, a partir dessa data foram construídos ou assumidos os primeiros grupos escolares da Rede Municipal de Ensino de Curitiba: Papa João XXIII (1963), Isolda Schmid (1966) e Vila Nossa Senhora da Luz dos Pinhais (1967), cada um deles organizado como Centro Comunitário. Os Centros Comunitários foram criados com o objetivo principal de desenvolvimento comunitário, para promover o aprimoramento e o aperfeiçoamento do homem em todas as suas potencialidades e aspirações. Com a ampliação das funções da escola, houve necessidade de admitir pessoal capacitado para assumir as tarefas que o novo modelo exigia. Pouco a pouco, foram se estruturando serviços de Supervisão Pedagógica, de Orientação Educativa e outros, relativos às atividades curriculares diversificadas dos Centros. O objetivo deste trabalho é discutir as políticas que informaram a admissão e a formação de professores dos Centros e dos Núcleos Comunitários na Rede Municipal de Ensino de Curitiba no período 1963-1974. Essa discussão é contextualizada historicamente, tendo a construção do Centro Comunitário Papa João XXIII como termo inicial (1963) e a

implantação dos Núcleos Comunitários como limite final (1974), já na vigência da Lei nº 5.692/71.

Do ponto de vista metodológico, o trabalho está apoiado em pesquisa documental, com consulta a documentos disponíveis no Arquivo Municipal de Educação e no Arquivo do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano (IPPUC) de Curitiba.

A consulta aos planos de urbanização de Curitiba, a partir do plano Agache, bem como à documentação relativa aos Centros e Núcleos Comunitários, possibilitou compreender as relações entre as políticas municipais de educação e a formação de professores na Rede Municipal de Ensino de Curitiba no período em apreço. Permitiu, também, inferir avanços obtidos em termos de expansão do quadro do magistério, sua organização e consolidação.

O PLANEJAMENTO DA CIDADE E A EDUCAÇÃO

A preocupação com a educação, no município de Curitiba, sob a ótica administrativa, data do período conhecido como Estado Novo, sob o governo de Getúlio Vargas. Registros históricos informam que o prefeito Carlos Heller criou, pela Lei Municipal nº 65, de 14 de outubro de 1937, o Departamento de Cultura (CURITIBA, 1969). Embora seja o embrião do que, mais tarde, passaria a ser o Departamento do Bem Estar Social da Prefeitura Municipal de Curitiba, essa criação pouco repercutiu na educação municipal, considerando-se que foi na década de 60 que ocorreu o início da municipalização do ensino em Curitiba.

Do ponto de vista da urbanização da cidade, desde 1943, vigia em Curitiba o “Plano Agache”, elaborado pelo urbanista francês Donat-Alfred Agache, cujos parâmetros estabeleciam que as escolas deveriam ser construídas na periferia da cidade. O centro ficaria reservado para o comércio e o lazer. Agache, que já havia trabalhado em diferentes países, apoiava-se na metáfora do organismo, definindo a cidade como “uma entidade coletiva que possui um organismo e funções” (AGACHE, 1932). Ao conceber o plano diretor de Curitiba, imaginou uma cidade que possuísse uma malha viária, para atender um intenso tráfego de automóveis, que tivesse ruas largas, possibilitando o deslocamento do centro para os bairros com rapidez. Acreditava que essas avenidas de ligação, dando acesso rápido dos bairros para o centro e vice-versa, atrairiam a população para a urbanização da periferia, atendida por um sistema geral de transporte em massa.

Na década de 50, porém, houve considerável aumento do fluxo migratório para a cidade, fazendo triplicar a população existente nos anos 30-40 e exigindo, em consequência, maior atenção no que se referia aos serviços públicos. Esse aumento da migração propiciou o

aumento da desescolarização relativa, pela baixa taxa de escolarização apresentada nos pontos de migração, com significativo aumento da distorção idade-série.

Eleito prefeito de Curitiba, Ney Braga reorganizou os diversos órgãos da Prefeitura e deu nova denominação e estrutura ao Departamento de Cultura, que passou a ser designado de Departamento de Educação, Cultura e Turismo, com a finalidade exclusiva de pesquisar, nos bairros de Curitiba, a possibilidade de construção de grupos escolares (CURITIBA, 1969). Uma vez construídos, esses prédios escolares “eram cedidos ao governo estadual, que assumia a contratação de professores e a efetivação do trabalho pedagógico” (DIRETRIZES CURRICULARES, 2002/2003).

O funcionamento do Centro Experimental, que consistia em um equipamento comunitário, foi estabelecido a partir de 1955, por meio do Plano Diretor do Município que definia os “Serviços Públicos e Equipamentos Comunitários”, bem como a divisão do município em setores educacionais a serem delimitados pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba, cabendo a cada um desses setores a área atendida pelo conjunto de unidades escolares (CURITIBA, 1968). Previa-se a construção de Centros Educacionais Comunitários que atendessem núcleos populacionais de 2.500 a 5.000 habitantes, com a recomendação de que as crianças percorressem a menor distância possível para atingir a escola, a qual, por sua vez, deveria ser instalada junto a unidades sanitárias, bibliotecas, clubes de mães.

Ressalte-se que à época, o ensino primário não estava sob responsabilidade do município. Foi a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 4.024/61, que definiu a “competência dos Estados e do Distrito Federal” para “autorizar o funcionamento dos estabelecimentos de ensino primário [...] não pertencentes à União, bem como reconhecê-los e inspecioná-los” (art. 16). Esse mesmo diploma legal estabeleceu a responsabilidade municipal quanto à chamada da população escolar de sete anos de idade para matrícula na escola primária (art. 29) e à realização de levantamentos que propiciassem ao Conselho Estadual de Educação os elementos para apuração do “custo médio do ensino no Município” e do “grau de escassez de ensino oficial em relação à população em idade escolar”, consoante o art. 94, § 3º, a (BRASIL, 1961).

Com o aumento da população e a ampliação das funções educacionais, para tornar possível a execução dos serviços públicos na área, deu-se nova composição estrutural ao Departamento de Educação, Cultura e Turismo, em 1959. A finalidade desse Departamento passou a ser executar, fiscalizar e coordenar as atividades relativas aos problemas de educação, cultura, turismo, divulgação e recreação pública do município (CURITIBA, 1969).

A Seção de Educação, a partir desta data, passou a denominar-se Serviço de Educação e Cultura.

O período decisivo em relação ao processo de planejamento da cidade foi, contudo, a década de 60. Esse processo de planejamento, no sentido moderno do termo, iniciou-se precisamente em 1962, com a eleição de Ivo Arzua Pereira para a Prefeitura da cidade. Em 1963, Arzua criou a Companhia de Urbanização de Curitiba (URBS) e, no ano seguinte, a Companhia de Desenvolvimento do Paraná (CODEPAR) decidiu financiar a revisão do Plano Agache. Curitiba começava a entrar na história dos Planos Diretores e sua experiência seria modelo para outras cidades do Brasil. Para realizar o acompanhamento e a implantação do planejamento de Curitiba, foi criado, no final de 1965, o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba – IPPUC. A ele coube elaborar, em 1968, o Plano de Educação, cujas metas sociais levariam o homem a se auto-promover, substituindo assim o antigo conceito paternalista do Estado de satisfazer as “necessidades da população pelo progresso e desenvolvimento social” (CURITIBA, 1968, p. 1). Esse Plano propunha investimentos na alfabetização, criação das associações de pais e mestres, valorização do magistério e educação comunitária, tendo por respaldo a premissa da educação integral. Devido à proximidade física da administração com a população que seria escolarizada, esperava-se em médio prazo, revelar uma política altamente eficiente para solucionar os problemas para a educação de base.

O poder estadual funcionaria como órgão orientador de uma filosofia de educação coerente com as diretrizes nacionais e como provedor de grande parcela de recursos que assegurariam à educação de base, a eficiência desejada.

OS PRIMEIROS CENTROS COMUNITÁRIOS

Após a transferência da responsabilidade maior da educação de base para o município, e para garantir ao sistema todas as condições de executar os planos que viessem a ser elaborados, houve algumas implicações de natureza jurídica que determinaram a criação de algumas leis e a adaptação de outras.

Foi nesse contexto que o Decreto nº 1.273, de 12 de setembro de 1963, criou a primeira Unidade Escolar do Município - o Grupo Escolar “Papa João XXIII”, na Vila Leão, que passou a funcionar como Centro Experimental de Educação em Curitiba (CURITIBA, 1969). A Vila Leão era periférica ao centro da cidade, sua população era constituída

predominantemente por operários e referida como centro da vida da comunidade mostrava-se ao poder municipal, como extremamente relevante.

A estruturação do Centro Comunitário “Papa João XXIII”, que serviu de modelo para os demais Centros, era a seguinte:

- Grupo Escolar, ministrando educação primária em cinco séries e possibilitando horário integral de atendimento às crianças. Para tanto, eram programadas atividades extra-classe realizadas nos vários setores do Centro Comunitário, que funcionavam interligados, embora possuindo objetivos específicos, com o objetivo de realizar educação integral;

- os Clubes de Interesses (Clube Agrícola, Clube de Recreação Orientada, Clube de Educação Doméstica, Escolinha de Artes e Clube de Leitura);

- o Centro de Artes Industriais, desenvolvendo no educando atitudes favoráveis à aceitação dos princípios racionais do trabalho, por meio de atitudes desempenhadas nas diversas áreas, educando pelo trabalho e para o trabalho;

- o Clube das Donas de Casa, congregando senhoras e jovens, proporcionando-lhes conhecimentos e técnicas diversas que lhes possibilitassem melhor nível de vida, por meio de um desenvolvimento sócio-econômico individual, refletindo no ambiente familiar e na comunidade;

- a Biblioteca Comunitária, atendendo aos alunos da escola, jovens e adultos da comunidade, nos seus trabalhos de pesquisa, estimulando a leitura recreativa, possuindo ainda um serviço de empréstimo de livros em domicílio;

- o Setor da Unidade Sanitária Polivalente, propiciando educação sanitária que viesse a refletir numa melhor saúde e condições sanitárias mais adequadas, além de oferecer odontologia preventiva e recuperadora (CURITIBA, 1969).

Ainda em 1963, pela Lei nº 2.323, de 1º de outubro, o Departamento responsável pela administração da educação, em Curitiba, passou por nova reformulação, quando o prefeito Ivo Arzua Pereira aprovou a nova constituição geral dos órgãos municipais, alterando sua denominação para Departamento de Educação, Saúde e Recreação Pública, e deu-lhe nova estrutura (CURITIBA, 1969).

Mas, foi pela Lei 2.564, de 8 de maio de 1965, que o Departamento de Educação, Saúde e Recreação Pública passou a ser denominado Departamento do Bem Estar Social, com as Diretorias de Educação, de Medicina e Engenharia Sanitária e de Habitação (CURITIBA, 1969). Pelo Decreto nº 2.050, de 5 de outubro de 1966, foi criado o Centro Comunitário Professora Isolda Schmid, segunda escola comunitária do município, localizada no Conjunto Residencial do Pilarzinho, que abrigava 100 famílias de operários municipais de baixo poder

aquisitivo, alguns provenientes de favelas. A estrutura básica do Centro Comunitário Papa João XXIII foi adotada na nova escola, com as mesmas características.

Na seqüência da criação dos Centros Comunitários, pelo Decreto nº 200, de 21 de março de 1967, foi implantado o estabelecimento de ensino localizado no Núcleo Habitacional da Vila Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, denominado de “Centro Educacional Nossa Senhora da Luz”. Tratou-se da primeira unidade escolar primária construída com recursos fornecidos pela Prefeitura Municipal de Curitiba, através do Fundo Municipal de Habitação, Banco Nacional de Habitação e USAID/BRASIL, com 2.200 residências, cujos moradores eram na maioria ex-favelados, biscateiros e operários de baixo poder aquisitivo.

A dedicação por parte dos professores que atuavam nos Centros Comunitários era algo indispensável à boa consecução dessa proposta pioneira. Com efeito, o trabalho pedagógico não tinha por objetivo apenas os alunos matriculados nas Unidades Escolares, mas também a comunidade em que as mesmas se situavam. Neles, funcionavam as séries do antigo curso primário, os Centros de Artes Industriais, os Clubes de Interesses, os Clubes de Dona de Casa, a Biblioteca Comunitária, o Setor da Unidade Sanitária Polivalente.

A EXPANSÃO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

Com a expansão acentuada da Rede Municipal de Ensino, aos poucos foram se estruturando os serviços de Supervisão Escolar, Orientação Educativa e uma diversidade de atividades curriculares que tinham por objetivo corresponder à finalidade maior da educação nacional: o desenvolvimento integral do homem e sua participação efetiva na obra do bem comum, consoante estabelecia o Decreto nº 907, de 1965, citado no Plano de Educação de 1968, o primeiro da Rede Municipal de Curitiba. De acordo com esse plano, o Município assumiria os encargos referentes à educação de nível pré-primário e primário, ficando o ensino médio para o âmbito estadual e o superior para o federal. O documento sugeria, também, que se utilizassem outros equipamentos, além da escola, para o atendimento na faixa etária do pré-primário, como, por exemplo, os Parques de Recreação, com atividades como bandinha rítmica, desenho e pintura, educação física e recreação propriamente dita (CURITIBA, 1968).

A realização da educação integral dos alunos e de seus familiares é definida como proposta no Plano de Educação de 1968. Esta proposta é subsidiada pela filosofia que busca o progresso social e econômico, apoiado na educação, e que ir além da simples alfabetização, fazendo uso das técnicas adquiridas para aumentar a produtividade do homem (CURITIBA,

1968). A educação é considerada como instrumento que leva o homem a auto promover-se, fundamentada na formação técnica profissional.

A filosofia da humanização se manifesta, do ponto de vista administrativo, na própria história do Departamento do Bem Estar Social, que reflete os objetivos definidos para a educação no município de Curitiba e à política subjacente a essas atividades.

Pode-se dizer que não foi por acaso que o setor incumbido pela administração da educação em Curitiba recebeu a denominação de Departamento do Bem Estar Social.

As ações da Prefeitura Municipal de Curitiba estavam pautadas em uma filosofia de progresso e desenvolvimento que deveriam resultar da participação consciente de cada cidadão, tornando-se “inadiável recuperar o homem marginalizado pela falta de escolarização mínima e que, por isso, não tem condições de integrar-se ao processo sócio-econômico” (IPPUC, 1968).

Ao mencionar escolarização mínima, o Plano não se resumia à aprendizagem da leitura e da escrita, mas sim do envolvimento do homem “no contexto da enculturação, a fim de poder conscientizar-se sobre o próprio valor e utilizar de forma efetiva as técnicas adquiridas para aumentar a sua produtividade e, conseqüentemente, conquistar o seu lugar social” (CURITIBA, 1968). Os programas de educação de adultos estariam associados à formação da mão-de-obra necessária a um país em desenvolvimento. Era fundamental que a educação fosse o instrumento que levasse o homem à autopromoção, permitindo-lhe aproveitar as oportunidades de um mundo dominado pela tecnologia e pela industrialização.

Em 1970, o então Prefeito Omar Sabbag implantou o Sistema Municipal de Educação. O Departamento do Bem Estar Social, em estudo das condições de ensino na cidade, identificou que as regiões mais populosas, justamente as de maior carência, eram aquelas desassistidas pela educação governamental (estadual e municipal). Em face disso, o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC) apresentou proposta de revisão, o que gerou a gradual inclusão das escolas periféricas no quadro da prefeitura, chegando-se a índices mínimos de desescolarização na capital.

Em uma cidade como Curitiba, para onde afluíam contingentes cada vez maiores de migrantes rurais, vivendo nas periferias, em precaríssimas condições de vida, a educação não poderia considerar apenas o educando, mas estender-se também às famílias.

Da evolução da idéia de “escola comunitária” que se propunha a realizar a elevação cultural da comunidade, a fim de se conseguir melhores resultados com o aluno em si, surgiu a idéia de “Núcleo Comunitário”, mais completa e mais real, uma vez que são atendidas as necessidades básicas de saúde e formação social da comunidade (CURITIBA, 1969).

Como explica o prefeito Ivo Arzúa, nessas comunidades carentes, as escolas “devem ser o núcleo através do qual a administração pública prestará os serviços sociais básicos, como o atendimento primário de saúde, e executará programas de medicina preventiva”. Assim, a escola implantada em áreas carentes, como núcleo comunitário, possibilitava encarar a tarefa educacional “como um todo dentro de uma ação integrada: a criança faz em casa o prolongamento do que aprende na escola e desperta o interesse de sua família, tornando real não ser ela a única finalidade do processo, mas toda a sua família e, por extensão, a comunidade” (1989, p. 31).

Considerando este aspecto e a circunstância de o Departamento do Bem Estar Social se compor de três diretorias (Educação, Saúde e Serviço Social), optou-se por implantar núcleos comunitários com a integração desses três setores de trabalho, o que se fez através do Decreto 561 de 11 de julho de 1974. Desta forma, as escolas já existentes receberam a denominação de Unidades Escolares e devendo passar, no espaço de dois anos, aproximadamente, a se constituírem Núcleos, desenvolvendo junto à comunidade um programa integrado de atividades nas áreas: sociais, educacionais e de saúde (CURITIBA, 1974(?)). A função do Núcleo Comunitário era desenvolver junto à comunidade, atividades integradas nas áreas social, educacional e de saúde.

AS POLÍTICAS RELATIVAS AO MAGISTÉRIO

Feita esta breve retrospectiva histórica da educação no município de Curitiba, detemo-nos, agora, nas questões específicas relacionadas ao quadro do magistério, sua organização e consolidação no período em estudo.

Embora a Constituição Federal determinasse, em seu art. 169, cap. 11, a aplicação de nunca menos de 20% das suas receitas, com impostos, na manutenção e desenvolvimento do ensino, a Prefeitura não vinha podendo atender a esses encargos (CURITIBA, 1962). Outras despesas vinham sendo incluídas na verba empenhada para o setor de educação, destinando recursos que deveriam ser aplicados no ensino primário para o ensino médio e superior.

O corpo docente era composto por professores que possuíam vinculação com o Estado do Paraná e com a Prefeitura Municipal. Assim, em 1963, atuavam na rede municipal 23 docentes vinculados ao Estado, número que se ampliou para 29 em 1964, vindo a diminuir a partir de 1965, com a ampliação do número de docentes sob responsabilidade municipal (CURITIBA, 1966, p. 6). Com efeito, esse decréscimo no número de docentes vinculados ao Estado deve estar relacionado ao Decreto 1.140, de 31 de julho de 1965, que dispôs sobre o

Plano de Classificação de cargos, reclassificação dos serviços, promoções, progressão horizontal, readaptação e enquadramento dos funcionários públicos municipais, e entre outras providências regulamentou a Lei nº 1.900/60, de 19 de agosto, que criou o cargo de Técnico em Educação Física e Recreação, transformado pela Lei nº 2347, de 18 de dezembro de 1963, no cargo de Professor de Educação Física, e regulamentou, ainda, a Lei nº 2347, de 18 de dezembro de 1963, que criou a carreira de Professor Normalista. Com base na nova lei, em 1967, para suprir necessidades da Diretoria de Educação, foram realizados concursos públicos para provimento de 10 vagas da Carreira de Professor de Educação Física e de 43 vagas da Carreira de Professor Normalista (CURITIBA, 1967).

Naquele mesmo ano, foram também realizados testes para os cargos de professoras dos Clubes de Donas de Casa. De nove candidatas apresentadas, seis foram aprovadas e quatro contratadas para aulas de culinária, artes aplicadas, flores e costura (CURITIBA, 1967).

Data de 1966, de acordo com os documentos consultados, a primeira iniciativa da Prefeitura Municipal de Curitiba voltada à discussão coletiva das questões relativas à educação e saúde. Assim, com o objetivo de incentivar a educação por meio da formação de um espírito comunitário, a Lei n 2.827, daquele ano, criou a Semana Municipal de Educação e Saúde, da qual participaram professores, educadores e técnicos em educação sanitária. O evento contou, também, com a presença do Sr. Ministro da Educação, à época, que inaugurou exposição sobre “Educação e Saúde”. Da relação de temas discutidos no decorrer da semana, constaram: comunidade, educação rural, educação integral, educação para a cidadania, delinqüência infanto-juvenil, conscrição escolar, sala de aula, organização das APMs, artes industriais, meios de informação, televisão, denotando ampla gama de possibilidade de reflexão sobre assuntos de interesse na esfera educacional (CURITIBA, 1966).

Em 1968, pela Lei n 3.295, de 14 de setembro, foi criada a carreira de Professor Licenciado, no Quadro Permanente I da Prefeitura Municipal de Curitiba.

No período correspondente à gestão Omar Sabbag (1967/1969), procurou-se controlar com rigor a seleção, admissão e preparação do pessoal, com o objetivo de dar aos diversos órgãos e setores da diretoria maior eficiência, o que se refletiu, também, em que toda admissão ao quadro permanente fosse feita por meio de concurso. Aliás, “zelar pela qualidade do corpo administrativo e docente, providenciando cursos de aperfeiçoamento e especialização” estava previsto, como atribuição da Diretoria de Educação do Departamento do Bem Estar Social, pelo Decreto nº 259, de 12 de março de 1969 (CURITIBA, 1969).

Do concurso realizado para provimento de vagas da carreira de Professor Normalista, em 1967, de 108 aprovados, 45 foram nomeados em 1967, e 61 em 1968. Em novo concurso realizado em 1969, 165 foram aprovados e 50 nomeados. O relatório das atividades desenvolvidas no período 1967/1969 refere os cursos que foram realizados para aperfeiçoamento docente: em 1968, “Ensinando a redigir” e “Matemática Moderna”; em 1969, “Estudos Sociais” e “Xilogravura”, todos frequentados pelas professoras primárias municipais (CURITIBA, 1969).

O documento “Subsídios para o Planejamento da Rêde Escolar de Curitiba”, datado de 1968, ao tratar da situação dos professores no município de Curitiba, refere carências de diferentes níveis em relação ao ensino pré-primário, primário, educação de adultos e de excepcionais.

Quanto ao ensino pré-primário, afirma que:

Do ponto de vista qualitativo, as carências são igualmente gritantes: apenas 10% do total das professoras (25 em 253) que se dedicam a este tipo de ensino possuem curso de especialização, quando seria desejável que todas fossem especializadas, sob pena de comprometer seriamente o atingimento dos objetivos específicos, já que o curso Normal, somente, não capacita a professora para o bom desempenho de suas funções junto ao pré-escolar (CURITIBA, 1968, p. 2).

Não era mais favorável a situação quanto ao ensino primário:

Significativo fator que se apresenta como obstáculo a um melhor rendimento do sistema é, sem dúvida, a qualificação do Corpo Docente: não obstante o fato de que 76% dos professores, em média, possuem ao menos o Curso Normal Colegial, há que considerar os 24% estariam a exigir recuperação (CURITIBA, 1968, p. 3).

A educação de adultos, segundo o documento, não deveria se resumir tão somente a alfabetizar, mas, sem chamar a si a responsabilidade total da formação da mão-de-obra, dinamizar “as energias de sua clientela para busca de auto-aperfeiçoamento”, e manter ligações com centros e treinamento profissionais que pudessem colaborar na tarefa de capacitação do homem para o trabalho (CURITIBA, 1968, p. 4).

Nessa esfera, embora se concluísse, pela análise dos dados, que inexistia uma efetiva preocupação em iniciar a clientela em atividades profissionais, quanto à qualificação do professorado era tido por relativamente satisfatório o nível do corpo docente dos Cursos Regimentais (100% de normalistas) e Supletivos (71% de normalistas e 15% com Curso Superior); o mesmo não se dava, contudo, com os cursos de Alfabetização onde apenas 60% dos professores possuíam o certificado de normalistas.

Já no que se referia à educação do excepcional, com 56% do total de professores com especialização, o documento acrescentava que o atendimento dado demonstrava,

[...] além da sensibilidade humana, a preocupação das autoridades educacionais em propiciar condições de desenvolvimento para todos os membros da comunidade: duas escolas públicas, dez cursos particulares e mais seis classes funcionando em Grupos Escolares atenderam, em 1967, 620 alunos matriculados nos diferentes tipos de curso (CURITIBA, 1968, p. 5).

Em decorrência desse quadro, ao se traçar as diretrizes para 1969, inseriu-se, no resumo das propostas, a “valorização do magistério através do estabelecimento de níveis salariais compatíveis com a responsabilidade de suas funções” (CURITIBA, 1968, p. 6).

Com a necessidade de expansão do sistema, previu-se o número e a localização das futuras escolas, até 1970, estabelecendo-se que o número de novas vagas passaria de 6.090 em 1969, para 8.330, em 1970, respectivamente para uma população escolarizável em 1968 de 72.685 crianças. A escola estaria preparada para atender, em 1969, 78.628 crianças e, em 1970, 86.230. Em 1969, ainda, seriam construídas 87 salas de aula, das quais 72 em novas unidades, e, em 1970, 119 salas, das quais 21 em novas unidades (CURITIBA, 1968, p. 11). As novas escolas seriam localizadas em regiões do município atendendo a fatores como densidade, área de influência, esquema viário e zoneamento. Teriam capacidade máxima de 10 salas de aula para 35 alunos cada, isto é, 700 alunos em dois turnos de funcionamento.

Assim organizado, percebe-se que, em 1969, o trabalho pedagógico desenvolveu-se com mais segurança, tendo em vista a experiência adquirida nos anos anteriores. O Relatório de 1969 (CURITIBA, 1969, p. 21) menciona que “todas as professoras foram encarregadas de apresentar um plano de curso, individual, com relação à distribuição e dosagem do conteúdo programático”, com fundamentação nos aspectos filosóficos, sociológicos, pedagógicos, psicológicos, recursos da comunidade, da escola e do professor. A partir dessa data, iniciaram-se os encontros pedagógicos regulamentados, para o aprimoramento do corpo docente. No entanto, observa-se que ainda persiste a carência de pessoal nos setores. Esse mesmo relatório, no item “Atividades pedagógico-administrativas”, noticia, a propósito do Grupo Escolar Monteiro Lobato, que “Tendo em vista o reduzido número de professores, a Orientação Pedagógica foi exercida pela Diretora e Secretária da escola. O material necessário ao andamento do trabalho didático foi confeccionado pelas próprias professoras.” E continua: “No início do segundo semestre, as Professores X e Y deram aulas de Recreação e Trabalhos Manuais. Em setembro, entretanto, foram suspensas estas aulas, pois devido à dispensa de

algumas professoras reprovadas no Concurso, houve necessidade de regentes para as classes” (CURITIBA, 1969, p. 26).

No relatório da Diretoria de Educação alusivo ao primeiro semestre de 1969, ao se tratar do tema “professores”, tem-se que foram nomeados 51 professores. “Sendo chamados os onze primeiros professores classificados no concurso, foi possível sanar um problema existente na Vila Nossa Senhora da Luz, em relação às classes que funcionavam precariamente em prédio destinado ao Ginásio” (CURITIBA, 1969, p. 1).

Ainda, sobre o Grupo Escolar Vila Nossa Senhora da Luz, afirma-se que, com 1.450 alunos e 58 professores,

[...] pedagogicamente, é a escola municipal mais bem equipada e dirigida. A equipe de professores está bem entrosada com a administração da Escola, o que vem facilitar o andamento do trabalho. O passo mais importante dado pela orientação da Escola foi a realização dos encontros pedagógicos que vieram suprir uma falta existente em nossas escolas (p. 2).

No Grupo Escolar Papa João XXIII,

[...] no que diz respeito à parte pedagógica da escola, nada foi feito de importante e que mereça registro. Foi mantida a tradição de apenas realizarem-se as reuniões pedagógicas e administrativas, como vem sendo feito há muito tempo. Mesmo assim, a escola tem bom funcionamento, apresentando alguns pequenos problemas administrativos (conservação e limpeza do prédio), de móveis e utensílios (p. 3).

No Grupo Escolar Santa Efigênia,

[...] a lotação docente deveria ser feita pelas professoras municipais que estivessem estagiando para o concurso do Estado. Mas, surgiram problemas, houve desistência total das professoras e fomos forçados a mandar 16 professoras das quarenta chamadas pelo DAP, para suprir as faltas existentes. Ainda há necessidade de professores, mas procuramos, da melhor maneira, solucionar esses problemas tendo em vista o prosseguimento do processo didático (p. 4).

Percebe-se que em 1971, efetivamente, se iniciou uma transformação da estrutura vigente. As Seções de Orientação Pedagógica, Educação Sanitária, Clubes Agrícolas e Classes Especiais passaram a ser coordenadas pela Seção de Orientação Pedagógica. Em reuniões, foi discutida a nova estrutura, levantaram-se possíveis problemas e estabeleceram-se soluções viáveis. As atividades desenvolvidas pela seção, então, envolveram o planejamento anual das escolas, pesquisas de campo sobre deficiências do processo de ensino e aprendizagem, pesquisa bibliográfica e compilação, bem como grupos de estudos sobre temas

de relevante interesse para a área pedagógica. Há registro de que os professores participaram em cursos, tendo como resultado o aperfeiçoamento dos planos de ensino. Por último, estabeleceu-se as previsões para 1972, com vistas à organização de classes, reformulação do currículo, planejamento do trabalho e de reuniões. Menciona-se a falta de técnicos: psicometrista, foniatra, neurologista e clínico geral, concluindo-se que o rendimento escolar foi baixo, que há pouco pessoal para um trabalho muito abrangente, mas também que se estabeleceu o “início de um processo de envolvimento em uma filosofia comum de ensino para o Sistema Municipal de Educação” que “foi feliz, mas deverá sofrer correções para as próximas etapas” (CURITIBA, 1971, p. 13).

Em 1972, a Diretoria de Educação, na perspectiva de melhorar a qualidade de ensino, atuou promovendo encontros técnico-administrativos para constante atualização e aperfeiçoamento do pessoal, organizando Grupos-Tarefa para orientar e coordenar a montagem de currículos em face do advento da Lei nº 5.692/71, estimulou a participação do pessoal em cursos, encontros, seminários, locais e inter-estadual, possibilitando intercâmbio pedagógico. Novas técnicas de trabalho, pesquisa e experiências foram introduzidas, como também foi elaborado o programa de educação para implantação da reforma de ensino, encaminhado ao Conselho Estadual de Educação. Para tanto, registra as dificuldades encontradas, entre as quais a carência de pessoal (CURITIBA, 1972).

A Secção de Orientação Pedagógica, já estruturada, desenvolveu projetos específicos, por área de atuação, com o objetivo de orientar e supervisionar pedagogicamente as escolas municipais. Entre eles, a Semana de Orientação Pedagógica, para planejamento anual e bimestral das atividades pedagógicas e a preparação do pessoal para elaboração de currículos. Essa atuação, no entanto, apresentou limitações de diferentes ordens, desde o mínimo aproveitamento de estudos, a não execução de projetos, interferências ocasionadas por mudanças de chefia e de responsáveis por setores com a conseqüente falta de conhecimento da situação pedagógica das escolas e das dificuldades de integração dos setores, motivada pelo acúmulo de trabalho. As alterações administrativas ocasionaram, também, falta de crédito e atenção aos trabalhos realizados pela Divisão, por parte dos professores. Essas alterações propiciaram ainda problemas de relacionamento, demora na tramitação de pedidos e outras situações, que colaboraram para dificultar o desenvolvimento das atividades. Da leitura dos relatórios parciais dos setores, verifica-se a existência de dificuldades que a essas se somaram: falta de melhores instalações (clubes agrícolas); falta às reuniões, não apresentação de relatórios, atraso no envio dos dados estatísticos por parte de professores e gestores (avaliação); poucas oportunidades de reunião em alguns setores; falta de elemento

humano e número excessivo de alunos (orientação educativa); preparo insuficiente dos professores (atividades criadoras); diferentes funções assumidas por um mesmo profissional em decorrência da defasagem de pessoal (CURITIBA, 1972).

Por fim, a apreciação geral dos trabalhos menciona que “devido às diversas dificuldades encontradas para o alcance do produto geral dos trabalhos da Seção, não foram atingidos os objetivos globais aos quais os elementos responsáveis se propuseram” (CURITIBA, 1972, s. p.). Quanto à previsão de atividades para o ano seguinte, os professores, ao final do ano, foram consultados sobre cursos dos quais teriam interesse em participar para o aperfeiçoamento de suas atividades pedagógicas.

Para adequar os serviços às orientações da Lei nº 5.692/71, em 1973 foram criados os serviços de Supervisão Escolar e Orientação Educacional, com as atribuições que lhes eram conformadas.

Essas experiências, agravadas pelos encargos adicionais trazidos ao Município pela Lei nº 5.692/71, levaram o Departamento do Bem Estar Social a rever suas ações, adotando uma “agressiva política educacional” para fazer frente ao “crescimento explosivo que ameaçava sua eficiência e dificultava sua atuação nas áreas de Educação, Saúde e Serviço Social” (CURITIBA, 1974, p. 1).

Assim, realizado o diagnóstico dos fatores que determinavam esse desequilíbrio, o ano de 1974 marcou o início das medidas que se impunham para sua correção.

Consoante afirma o “Relatório de atividades do exercício de 1974” elaborado pelo Departamento do Bem Estar Social:

[...] o exercício corrente constituiu o primeiro que pode ser dedicado à consolidação da estrutura departamental, com estabilização do seu quadro de pessoal e entrosamento num programa único das três Diretorias, de forma a criar a noção de um sistema, cuja eficiência não mais dependa de circunstâncias pessoais da direção (CURITIBA, 1974, p. 1).

Como efeito, nesse ano, além de se identificar os fatores determinantes do baixo rendimento escolar, investiu-se no entrosamento da atuação médica, social e pedagógica nas escolas, obtida pela nova concepção de núcleos comunitários, sendo que outras medidas não menos importantes tiveram por objetivo a eficiência do corpo docente, no que se incentivaram programas de treinamento e aperfeiçoamento de professores. De um total de doze cursos, somando 218 horas, houve mais de 2.000 participações.

Em 1974, a admissão por seleção pública de professores licenciados eliminou a figura do professor horista, pouco estimulado a se integrar no sistema, o que passou a possibilitar a coesão dos docentes em torno dos programas do Departamento. Essas providências

colaboraram para que, naquele ano, tivesse havido acentuada redução do percentual de alunos retidos nas primeiras séries, consoante dados constantes do mesmo relatório.

Á GUIA DE CONCLUSÃO

Dos documentos estudados verifica-se que, na Rede Municipal de Ensino de Curitiba, foi só a partir do final de 1968 que se passou a pensar sistematicamente na formação de professores e na necessidade de se dispor de uma carreira de magistério que despertasse interesse para os profissionais da área. Até então, os professores que atuavam nas escolas pertenciam, parte à Prefeitura, parte ao Estado, sem motivação suficiente para participar dos programas do Departamento, o que dificultava a implantação da filosofia e da política educacionais propostas pelo município.

De certa forma, percebe-se que a implantação da Lei nº 5.692/71 forçou a adoção de providências administrativas na área da educação, que se via em dificuldades para manter suas atividades com eficiência. Em 1971, iniciou-se a reestruturação dos setores e uma nova filosofia foi implantada. Em 1972, os setores ainda estavam desestruturados, mas, a partir de 1974, medidas adequadas foram concretizadas, algumas delas sanando deficiências com significativo impacto na qualidade da educação oferecida, como a admissão de professores licenciados, os programas de aperfeiçoamento e o planejamento conjunto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGACHE, Donat-Alfred. *La remodelation d'une capitale: aménagement, extension, embelissement*, 2v. Paris, SCA, 1932.

CURITIBA. Departamento de Educação e Cultura. *Relatório de 1962*. Curitiba: Prefeitura Municipal de Curitiba, 1962.

_____. Departamento do Bem Estar Social. Diretoria de Educação. *Relatório de 1963-1966*. Curitiba: Prefeitura Municipal de Curitiba, 1966.

_____. Departamento do Bem Estar Social. Diretoria de Educação. *Relatório anual de 1967*. Curitiba: Prefeitura Municipal de Curitiba, 1967.

CURITIBA. *Subsídios para o planejamento da rede escolar de Curitiba*. Curitiba: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba - IPPUC, 1968.

_____. *Histórico do Departamento de Bem Estar Social da PMC*. Relatório do DBES. Curitiba: SME, 1969.

_____. *Relatório anual da Seção de Orientação Pedagógica*. Curitiba: Prefeitura Municipal de Curitiba, 1971.

_____. *Relatório da Seção de Orientação Pedagógica - janeiro/julho 1972*. Curitiba: Prefeitura Municipal de Curitiba, 1972.

_____. *Histórico*. SME: 1974 (?) (mimeo).

_____. *Relatório de atividades do exercício de 1974*. Departamento do Bem Estar Social. Curitiba: Prefeitura Municipal de Curitiba, 1974.

_____. *Diretrizes Curriculares*. Curitiba, 2002/2003.

INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA – IPPUC. *Memória da Curitiba urbana*. Depoimento Ivo Arzúa Pereira. Curitiba: 1989.

PÁGINAS DISPONÍVEIS NA INTERNET

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei nº 4.024/1961. Disponível em < <http://www.planalto.gov.br/leg.asp>>. Acesso em: 05.abr.2009.